

# ASCENSÃO, DECADÊNCIA E REINVENÇÃO DE UM MUSEU: O MUSEU DE ARTE POPULAR (1948-2010)

**Maria de Barthez**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa – Portugal

## Resumo

A grande promoção cultural de António Ferro, enquanto dirigente do SPN/ SNI, foi centrar-se em torno da cultura popular, suportada pela “política do espírito”, enquanto veículo de afirmação de um regime e paradigma da sua acção. Neste contexto, foi atribuída grande visibilidade à arte popular, simultaneamente nacional e genuína, lugar privilegiado, enquanto labor de um povo, que deveria ser percebida e actuante.

Neste âmbito, António Ferro irá conciliá-la com o modernismo latente e, sob a égide do “bom gosto”, orientá-la e pô-la ao serviço de toda uma campanha que visava a sua valorização e a sua preservação, patente em diversas iniciativas empreendidas pelo Secretariado, que encontrarão eco numa futura instituição museológica: o Museu de Arte Popular (MAP), criado em 1948.

Objecto de contínuo desinteresse pós- 25 de Abril, o MAP, que irá atravessar um longo período de declínio, e franca degradação expositiva e arquitectónica, conseguiu resistir e ultrapassar as sucessivas tentativas de encerramento.

A reabertura do MAP constitui, no presente ano, uma das prioridades da política cultural do Ministério da Cultura. Para atingir essa aspiração urge “reinventar” o MAP. Uma tal reinvenção exige, que, de modo pertinente e eficaz, se parta do seu conceito expositivo, das suas características museológicas, ainda actuais, em alguns aspectos, em particular dos seus princípios, para obter o sucesso desejado. Nesta acepção, esta “nova vida” do MAP deverá aventurar-se, tão longe quanto possível, nas funduras dos tempos, num tempo longo, sem o qual não podem ser perceptíveis as permanências e as mutações, as causas e os efeitos, que interessam a toda a sociedade, que, curiosa das suas origens, deseja conceber cenários possíveis para o seu futuro. Coloca-se, assim, ao MAP, como premente necessidade, o desafio de uma inovação – não uma ruptura –, ou seja, fazer evoluir a instituição, adaptando-a, no que for essencial, para responder às necessidades contemporâneas.

**Palavras-chave:** António Ferro. Museu de Arte Popular. Cultura popular. Arte popular. Museologia.

## ASCENSO, DECADENCIA Y REINVENCIÓN DE UN MUSEO: EL MUSEO DE ARTE POPULAR (1948-2010)

### Resumen

La gran promoción cultural de António Ferro como dirigente del *SPN/SNI*, se centró en torno a la cultura popular, sostenida por la *política del espíritu* en cuanto vehículo de afirmación de un régimen y un paradigma de su acción. En este contexto, se le dió una gran visibilidad al arte popular, simultáneamente nacional y genuino, lugar privilegiado en lo que se refiere a la labor de un pueblo que debería ser inteligente y dinámica.

En este ámbito, António Ferro la conciliará con el modernismo latente y sobre la órbita del *buen gusto*, la orientará y la pondrá al servicio de toda una campaña que apunta a su valorización y preservación, hecho patente en diversas iniciativas emprendidas por el Secretariado, que se hace eco en una futura institución museológica: el *Museo de Arte Popular (MAP)* creado en 1948.

Objeto de continuo desinterés después del 25 de abril, el MAP que atravesará un largo período de declinación y franca degradación expositiva y arquitectónica, consiguió resistir y sobrevivir a las sucesivas tentativas de cierre.

La reapertura del MAP constituye, en la actualidad, una de las prioridades de la política cultural del Ministerio de Cultura. Para alcanzar esta aspiración urge *reinventar* el MAP. Tal reinención exige que, de manera pertinente y eficaz, se parta del concepto expositivo, de sus características museológicas, modernizadas en algunos aspectos -en particular las de sus inicios- para obtener el éxito deseado. En esta *vida nueva*, el MAP deberá comprometerse a largo plazo, tanto como sea posible, sin lo cual no pueden ser perceptibles las permanencias y las mutaciones, las causas y los efectos que interesan a toda una sociedad curiosa de sus orígenes, que desea concebir posibles escenarios para su futuro. De este modo, se introduce al MAP en la imperiosa necesidad de aceptar el desafío que representa una innovación -no una ruptura- vale decir, hacer evolucionar a la institución en lo esencial para que pueda dar respuesta a las necesidades contemporáneas.

**Palabras clave:** António Ferro. Museu de Arte Popular. Cultura popular. Arte popular. Museologia.

## RISE, FALL AND REINVENTION OF A MUSEUM: THE MUSEUM OF POPULAR ART (1948-2010)

### Abstract

The great cultural promotion of António Ferro, leader of *SPN/SNI*, focused on popular culture, supported by the *policy of the spirit* as vehicle of affirmation of a regime and a paradigm of its action. Within this context, popular, national and genuine art was given great visibility and a privileged place, as regards the effort of a people that should be understood and dynamic. In this field, António Ferro will reconcile it with the latent modernism and, within the sphere of *good taste* he will guide it and put it at the service of a campaign which will aim its valorization and preservation, evident in several initiatives undertaken by the Secretariat, that will be reflected in a future museological institution, the *Museum of Popular Art (MPA)* created in 1948.

Object of constant indifference after the 25th of April, the MPA which will undergo a long period of decline and true expositive and architectonic degradation, managed to resist and survive several attempts of shutdown.

The reopening of the MPA is, currently, one of the priorities of the cultural policy of the Ministry of Culture. In order to achieve this goal, there is an urgent need to *reinvent* the MPA. Such a reinvention demands to start in a pertinent and efficacious way from the expositive concept and from its museological characteristics -still present in many aspects- and especially from its beginnings, so as to achieve the desired success. This *new life*, of MPA will have to strongly commit itself in the long run, otherwise, it will not be possible to perceive permanencies and mutations, causes and effects, interesting a society which, curious about its origins, wishes to conceive possible scenarios for its future. Thus, the MPA is introduced with the challenge of an innovation, not a rupture: to adapt its essential parts to the contemporary needs.

**Key words:** Antonio Ferro. Museum Folk Art. Museology

## ASCENSÃO, DECLÍNIO E REINVENÇÃO DE UM MUSEU: MUSEU DE ARTE POPULAR (1935-2010)

**Maria de Barthez**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa – Portugal

Para se entender o Museu de Arte Portugal (MAP), torna-se necessário o seu enquadramento político-cultural no período do Estado Novo (1933-1974), o regime em que a instituição foi criada, aproveitando a simpatia que os seus propósitos inspiravam, para se desenvolver numa estreita relação com os objectivos da política *estadonovista*, que dava ênfase à cultura popular.

No Estado Novo, a cultura popular concretizava a síntese dos valores do entendimento ideológico estabelecido pelo regime, materializada pelo Secretariado da Propaganda Nacional (SPN/SNI), a partir de referências de elementos da cultura popular. Este organismo procurou estabelecer a essência cultural do país, através de iniciativas de cariz folclórico, criando, em conformidade com a doutrina *estadonovista*, uma matriz identitária, assente num discurso marcadamente etnográfico, que exaltava a ruralidade do país, louvava um povo fiel às tradições e consubstanciava um suposto carácter de autenticidade.

Neste contexto, a apropriação do labor de um povo, como factor de promoção do País e da identidade nacional, pelo organismo dirigido por António Ferro, contempla um conjunto de iniciativas de cariz folclórico, que se iniciam em 1935, prolongando-se pela década de quarenta, onde posso efectivamente situar os antecedentes do MAP.

Sem procurar ser exaustiva, permitam-me que traga aqui à colação alguns momentos que, a meu ver, são decisivos para a criação do MAP. Por ordem cronológica podemos citar: em 1935, integrada na quinzena de Portugal em Genebra, uma mostra de arte popular, onde serão expostos os primeiros objectos de arte popular recolhidos/adquiridos em várias regiões do País. No ano seguinte, a mesma exposição, ampliada, seria mostrada ao público português na capital. No seguimento destas manifestações, surge, assim, em 1936, a ideia da criação de um Museu do Povo Português, em função do significativo acervo, então constituído. Em 1937, a arte popular portuguesa é levada à Exposição Internacional de Paris, dedicada às “Artes e Técnicas da Vida Moderna”, um acontecimento que permite à arte popular portuguesa ser galardoada com um “*grand prix*”. Seguem-se outras exposições internacionais, Nova Iorque e S. Francisco, em 1939, onde o mesmo tributo e exposição da nossa representação de artefactos de cultura material, se repetirão. A dinâmica imprimida por Ferro leva Portugal, na década de quarenta, à realização de outras exposições, na mesma linha das anteriores, desta vez em Madrid, Barcelona e Sevilha, em que à semelhança das anteriores, se aposta na contextualização eminentemente estética da arte popular, reflectindo uma concepção visual própria, perceptível na apreciação de um público fortemente sensibilizado, perante a exibição de objectos desconhecidos.

Paralelamente às participações no estrangeiro, realizam-se em Portugal, em 1938, concursos de cariz folclórico, como o concurso a “aldeia mais portuguesa” de Portugal e o concurso dos Ranchos folclóricos (1947), que transmitem importantes testemunhos, plasmados posteriormente no MAP. Ainda situadas numa mesma linha das exposições de carácter etnográfico e folclórico têm ainda lugar em Lisboa na década de quarenta, as exposições/síntese da Aldeia de Monsanto, de colchas de noivado de Castelo Branco, de tapetes de Arraiolos e de trajos populares de Viana do Castelo. Especial destaque deve ser dado à Exposição do Mundo Português (EMP), em 1940, considerada como o mais importante antecedente do MAP. Através do Centro Regional da EMP (Aldeias Portuguesas, Secção da Vida Popular), tiveram lugar representações, tidas como reveladoras do carácter de um povo, da sua arte, do seu modo de viver, entendidos como verdadeiramente nacionais. Deste modo, a EMP foi, relativamente ao Museu, na cedência do seu espaço físico e, em parte do acervo apresentado, na concepção expositiva, com forte apelo à encenação estética (como forma de enquadramento dos objectos expostos), o seu principal precursor. Após a exposição de 1940, e face aos condicionantes referidos, estavam reunidas as circunstâncias para se dar lugar ao desejo de António Ferro: - a construção de um Museu do Povo. No entanto, a sua efectiva realização, a concretizar-se, diferia do actual MAP, enquanto projecto informado por novas concepções adaptadas a critérios museológicos patentes e subordinados a exigências de cariz científico. Concretamente o projecto de 1942 (Museu do Povo Português), seria posteriormente afastado, devido, visivelmente, a questões orçamentais e à real ideia da futura existência de um MAP, para dar lugar a uma Instituição (com área significativamente menor, com projecto de Jorge Segurado) dedicada à preservação e divulgação da arte de um Povo.

Surgia assim o MAP, inaugurado a 15 de Julho de 1948, fruto de um processo evolutivo (em todas as iniciativas detectou-se, relativamente à tipologia do acervo seleccionado, à encenação adoptada para enquadramento da temática abordada e montagem dos objectos, uma pretensa equivalência, posteriormente detectada no Museu), com adaptação compulsiva, que não deixou de fazer vingar toda uma política museológica própria, diferente na sua essência, do conjunto de iniciativas de carácter etnográfico proposta pelo SPN/SNI. Contudo, longe de assumir uma singularidade própria restringindo-se ao contexto *estadonovista*, o Museu reproduziu um processo amplamente verificado noutros países, nomeadamente em França e Espanha, que aproveitaram esta temática do regresso à terra e da valorização da arte popular para desenvolverem também as suas práticas culturais.

A sua efectiva coordenação e realização, a cargo de Francisco Lage (director da secção etnográfica do SPN/SNI e primeiro director da Instituição), coadjuvado por uma equipa de decoradores (que apostava na recriação de contextos expositivos de enquadramento cénico de objectos de cultura popular, aliada a um conceito de estetização, como modo de representação da cultura popular), permitiu projectar na Instituição um espírito informal assente num discurso acessível e essencialmente imagético, lírico e afastado de preceitos e normativos museológicos rígidos e marcantes.

O itinerário expositivo do Museu assentava num conjunto de oito espaços distintos (englobando salas de exposição e zonas comuns) onde a exposição permanente estava distribuída por cinco salas (Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Algarve Beira e Estremadura e Alentejo) consoante as regiões mais representativas de Portugal continental e Ilhas.

Sumariamente descrita a sua organização espacial, impõem-se referir algumas especificidades estruturantes da linguagem expositiva apresentada e uma síntese das suas principais características. De uma forma geral e sistematizada, a temática presente relaciona-se com o quotidiano, costumes e diferentes formas de expressão artística institucional, traduzidas por um acervo maioritariamente constituído por artefactos de cultura material, com a particularidade de serem vistos e entendidos como materialização da tradição do povo e expressão da peculiaridade nacional. Entre a sistematização, e as tipologias apresentadas, surgem peças feitas de barro, ferro, cortiça, chifre, osso, papel, cera, esparto, vime palma, palha, que abarcam diferentes espécies de arte popular, ligadas ao quotidiano (uso doméstico e ornamentação), a superstições, festas e religião, usos e costumes, faina, transportes e arquitectura rústica. Os núcleos de cerâmica, têxteis, cestaria, indumentária, iluminação, instrumentos musicais, embarcações, e meios de transporte tradicionais, mobiliário, escultura e ourivesaria constituem os espécimes mais representativos de cada região do continente e em parte das Ilhas.

A sua proveniência e a distribuição geográfica consentem, ainda, constatar o seu interesse como testemunho integral, no quadro das práticas e representações das artes populares no plano regional, e reflectir sobre a sua importância, enquanto representativas a nível nacional dessa cultura popular. O bom estado de conservação da maioria das peças, aliado à tónica predominante de uma preocupação em realçar o lado estético dos objectos (em consonância com a política para este sector preconizada pelo SPN/SNI), indica que estamos perante um acervo díspar, não podendo no entanto, ser desvalorizado o critério de autenticidade em muitos dos objectos que o formam.

No âmbito da linguagem museológica regista-se uma gramática própria criada especificamente para o Museu com claras preocupações de enquadramento e contextualização dos próprios artefactos de cultura popular, atestada pelas frases sínteses de recorte poético definidoras de cada região inscritas em cada sala e por um conjunto de pinturas murais notáveis. Autênticos ensaios de pintura modernista, estes murais de cores garridas e traços fortes, retratam o Povo, quando participa em procissões, enquanto trabalha e se recreia em romarias, vivendo em autênticos cenários bucólicos. Manuel Lapa e Tomás de Mello (Tom), Eduardo Anahory, Carlos Botelho, Paulo Ferreira e Estrela Faria são os autores, respectivamente, das salas dedicadas às regiões de Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Algarve, Beiras, Estremadura, Alentejo. Centrando-nos no mobiliário expositivo, ele é na sua autoria e da responsabilidade de Jorge Segurado e Tomás de Mello (Tom). Inspirado nas nossas proveniências regionais, nele está patente uma arte portuguesa, simultaneamente moderna e tradicionalista. Neste contexto, encontra semelhanças com o mobiliário utilizado à época, nas pousadas criadas por Ferro, esse “mobiliário rústico português” de linhas sóbrias e simples (madeira de pinho, encerado de escuro, castanho do Minho de 1ª qualidade, pontuado por aplicações de ferro forjado). Na sua concepção e criação, houve a preocupação de se

estabelecer um elo de ligação entre as diferentes estruturas presentes e elementos de suporte, o que dá essa imagem coerente de conjunto e unidade, propositadamente bem conseguida. Para tal, os seus designers recorrem ao uso de elementos fixos e decorativos como a malheta (muito comum à época), entalhes rústicos de ferro forjado (presente em determinado tipo de mobiliário). Concebido em madeira de carvalho maciça ou folheada, destaca-se a existência de vários modelos de mobiliário e suportes expositivos, (vitrinas murais, vitrinas centrais, vitrinas estantes, estantes, cavalete, de sela, entre outros), que reflectem propositadamente esse sentido livre e informal que caracterizaria esse ambiente de festividade popular que caracteriza o Museu. Contudo, este material concebido em exclusivo para o Museu representa a existência de um conjunto único do mobiliário expositivo museológico português.

Se muito mais poderia dizer sobre o MAP (os limites deste texto não mo permitem), em jeito de conclusão, e tendo em conta os objectivos da criação do MAP, tento avaliar a sua real importância, como baluarte de valorização e defesa da arte popular e de homenagem ao Povo Português. Concretamente, estamos perante uma obra que funciona como um todo orgânico. A nível da construção e do desenho, o MAP encerra um tipo de arquitectura praticada pelo Estado Novo, aliás o que resta, embora indirectamente, da Exposição do Mundo Português. O MAP reúne um acervo único exclusivo sobre arte popular portuguesa e assenta a sua exposição num tipo de “uma nova técnica de expor”, única no panorama museológico português. No campo artístico é palco e testemunho de obras de grandes artistas da geração modernista. Constitui, sem reservas, um documento único para a investigação contemporânea sobre a “política do espírito” do Estado Novo.

Constituindo-se, assim, como um mostruário da etnografia nacional, o Museu representava uma concepção museográfica e estruturante de uma narrativa descritiva, marcada pela associação dos elementos anunciados anteriormente. A orientação dos espaços e acervo, subordinado a um fim específico, diluía a singularidade própria de cada peça no conjunto, numa mensagem devidamente pontuada e redigida. Neste contexto, de uma forma geral, é lícito concluir que, desde 1948 até 1974, a Instituição manteve esta matriz não sofrendo alterações de ordem expositiva ou conceptual. Foram registados, logo na década de sessenta, avanços no funcionamento institucional do Museu (criação do arquivo documental, do arquivo fotográfico e do inventário das obras de arte, assim como a constituição de uma biblioteca), constituindo, durante o período assinalado, um dos mais conhecidos e importantes museus. Uma análise do número de visitantes revela-nos um dos espaços museológicos mais procurados no panorama dos museus nacionais visitados, atestado pelo número de visitantes anuais, entre 45.000, nos anos sessenta, e 75.000 no início da década de setenta. No entanto, outro factor relevante ajuda a explicar a permanência de uma matriz do MAP, desde a inauguração até à instauração do regime democrático: a sua ligação a intentos propagandísticos, e o entendimento ideológico conferido em relação ao povo, apoiados na dependência directa do organismo estatal que o amparava (SNI) e da intervenção excessiva do Estado na sua gestão, que assim determinava as suas linhas orientadoras durante este período. Porém, se tal facto se enquadra no período em causa, as instituições ligadas ao ordenamento do sistema museológico, no regime democrático, surgido em 1974, perpetuam esse “estigma”, impossibilitando

no entanto a renovação equitativa do MAP em relação aos demais museus nacionais.

Após a democratização da sociedade portuguesa, o Museu será, entre 1974 e 1980, “vítima” de uma constante inoperacionalidade institucional, marcada por constantes mudanças tutelares de organismo, encontrando-se encerrado, durante este período, de forma permanente, encerramento assente em razões, como as obras realizadas no interior e a não nomeação de um director. Somente em 1980, o Museu volta a reabrir portas, sem alterações significativas na sua disposição caracterizante, preservando a articulação matricial estabelecida entre percurso museológico e o ordenamento espacial. O final da década de oitenta afigura-se como um período extremamente complexo, seja pela inoperacionalidade institucional dos serviços educativos, seja pela afectação do acervo ao Museu Nacional de Etnologia (MNE), que culmina no diploma que determinava o seu encerramento.

Alvo de contínuo sentido discriminatório imposto pelo MNE (com reflexo na falta de pessoal e serviço educativo), o MAP teria de esperar até 1997 para de novo se assumir como entidade autónoma, desvinculada do MNE, apresentando, todavia, sinais, à data, de evidente degradação do edifício, comprometedoras para a conservação do acervo, com reflexos na diminuição progressiva do número de visitantes.

Em 2003, o MAP encerra, para posteriormente ser sujeito a um projecto de requalificação, ao abrigo do programa POC (2000-2006). Será, no entanto, durante esta longa empreitada, que o sentido hostilizante, que subjazia desde 1974, se manifesta quando, devido às obras de recuperação do imóvel, o Ministério da Cultura, sob a liderança da ministra Isabel Pires de Lima, patenteia a nulidade institucional do MAP e, ao mesmo tempo, das formas de Cultura Popular. Neste âmbito, surge o anúncio do encerramento da Instituição, determinado pela criação, no seu espaço, de um novo objectivo museológico relacionado com as explorações oceânicas portuguesas e a disseminação da língua portuguesa – Museu do Mar e da Língua Portuguesa. Assumido o encerramento do MAP, como pura decisão política, é, ao abrigo desse ímpeto “modernizador”, com base na convicção da então responsável do Ministério da Cultura, segundo a qual os “Museus nascem e morrem”, que o MAP, entre Outubro de 2006 e 2008, foi sendo progressivamente esvaziado, com a transferência do acervo do arquivo e da biblioteca para o MNE.

A sua situação movimentou, desde logo, acções de protesto da sociedade civil e de organismos, como o ICOM de Portugal, que manifestou através de comunicado, a sua profunda preocupação pelo futuro do MAP e pelas suas colecções, o risco de desmantelamento, de encerramento ao público e de eventual dispersão das colecções.

Posto isto, e situando-nos na última decisão, em reabrir o MAP, preconizada pela nova responsável pelo Ministério da Cultura, urge REINVENTAR O MUSEU.

De que se trata exactamente, o que se propõe? Como julgar, esta instituição patrimonial, com vocação perene? Haverá, assim, um tão manifesto desinteresse pela arte popular, atribuído, como pretexto, à quebra de frequência, suposta expressão de uma não adesão do público? Creio que não. Estes factores que usualmente caracterizam ou condenam uma



instituição, que por vezes leva á sua substituição, não se colocam no MAP. Nesta acepção, propõe-se organizar um projecto, que, apoiando-se numa análise do existente, possa vir a conferir-lhe uma outra dimensão e transformá-lo em museu não do passado, mas do futuro. Partindo de um conceito positivo sobre o MAP, das suas características museológicas, ainda actuais, em alguns aspectos, em particular dos seus princípios, coloca-se hoje, como premente necessidade, uma inovação – não uma ruptura –, ou seja, fazer evoluir a instituição, adaptando-a, no que for necessário, para que responda às necessidades contemporâneas.

A oferta actual diversificou-se, multiplicou-se. As questões sociais não são mais as mesmas, os paradigmas e os objectivos da investigação, em sessenta anos, transformaram-se radicalmente. Seria melhor, simplesmente continuar a deixar a instituição envelhecer? Tal corresponderia a uma perda, a um absurdo inconcebível, ao simples abandono de colecções de valor. Como é sabido, um projecto de Museu constitui em delicada operação que engloba a criação de um “novo” museu, encarregue de conservar e pôr em destaque público a sua colecção, quer seja pela sua renovação e quer seja pela sua extensão. Tem-se assistido nas últimas décadas à renovação, transformação e engrandecimento dos museus, que, muito tempo imobilizados, no que diz respeito às obras, aos gostos e aos saberes, estavam, de certo modo, em sintonia com o tipo de população que definia esta imagética e com o seu público. Nesta perspectiva, coloca-se a estes museus o dever de evoluir, há semelhança do que sucedeu com outras instituições. O MAP não pode escapar a esta obrigação, na medida em que, tendo na sua matriz a cultura popular, abrange uma grande parte do corpo social, se não mesmo a totalidade. Transformar e reinventar o MAP, criado em 1948, data emblemática na medida em que marca a inauguração de uma instituição fortemente marcada por uma museografia e conceitos museológicos inovadores, deve ser o desígnio de uma premente inevitabilidade, de uma reflexão aprofundada. Neste contexto, um projecto científico e cultural do Museu a reinventar, elaborado por etapas, englobando as linhas mestras evolutivas, que apontem para um projecto nacional, integrador da cultura tradicional portuguesa (material e imaterial), também capaz de intervir no tempo presente, é fulcral.

Apresento algumas variantes de um futuro projecto, que fundamentalmente incidem, a título clarificador, nas colecções, públicos e edifício, e nas estratégias a desenvolver, com o intuito de alcançar os objectivos traçados, e que hoje são já uma realidade, face à sua prevista reabertura para o presente ano.

A vocação do MAP, desde a sua criação, era fornecer um breve olhar, num relance alargado, sobre a cultura material e simbólica das sociedades tradicionais existentes no território do continente. Tratava-se de reunir, conjuntos significativos e característicos dos diversos aspectos da arte popular. O espírito que presidiu a tal facto, apresentava a possibilidade de mostrar os traços maiores comuns às culturas populares, do funcional ao simbólico.

Concretamente, deve admirar-se o trabalho levado a cabo na organização das colecções. Mas, agora, impõem-se que o Museu possa alargar os seus métodos de investigação e repensar a colecção, alargando a plataforma e o acervo, ao trabalhar e reunir, no chamado terreno das sociedades contemporâneas (qualquer que seja o julgamento que se possa

fazer sobre os modelos que elas produzam ou criem, dentro do espírito da arte popular, agora numa feição contemporânea), o que produzem, como os seus antecessores, ou seja, peças, signos, modelos tão diversificados, talvez menos fáceis de detectar, mas de igual importância para a compreensão de uma certa contemporaneidade da arte popular.

O apelo à investigação torna-se uma invariante crucial, porque vai direita ao coração do organismo vivo, em que um Museu se constitui, na essência, e em derradeira instância, uma porta de abertura aos novos campos do urbano, do contemporâneo, como aos domínios mais clássicos, mas sempre apta a renovar-se, tal é a dimensão da cultura material, a memória social, o patrimonialismo, ou o processo de evolução das práticas sociais populares.

Deste modo, conseguir-se-á que se proceda a uma vigorosa reflexão sobre a uma nova exposição do acervo (o actual e o futuro), a uma redistribuição do campo geográfico, temático, cronológico e metodológico, entendido como a melhor via, para melhor dar a conhecer a cultura popular. Tratar-se-á efectivamente de coleccionar, conservar, estudar e mostrar os sinais materiais e imateriais da cultura popular, em especial e enriquecedor diálogo com as novas formas de cultura popular contemporânea, uma área do saber que escapa à totalidade dos museus em Portugal.

Pretende-se, neste âmbito, uma aposta na diversidade dos públicos, a sua atracção e resposta aos seus pedidos e aspirações, o que pressupõe uma polivalência amplificada, que seja desenvolvida por uma “loja de comunicação”, que disponha de importantes meios. Neste contexto, prevê-se um estudo que melhor dê a conhecer os seus potenciais públicos, do público clássico cultivado ao público jovem, ao mesmo tempo que se sugere a criação de um lugar, de um núcleo de memória. Intenta-se, neste cabimento, a existência de um espaço representativo do que terá sido inicialmente o MAP, aproveitando uma das salas, a que mais representatividade, testemunho e imagem possa fornecer, para dar a ver as ideias e valores que estiveram subjacentes à sua criação (projecto museográfico de Museu, concepção da exposição).

O projecto deverá ainda ter em linha de conta a constituição do Museu como centro de acção cultural, desenvolvendo uma política dinâmica, centrada na instituição, através de uma política activa de exposições temporárias, de uma programação cultural cativante, de desenvolvimento de acções culturais sociais e educativas, em parceria e em rede com os diferentes actores culturais. Para tal, far-se-á apelo, a todas as fontes da museologia moderna, às tecnologias de ponta, às técnicas de intervenção, a fim do MAP se constituir como um pólo de referência, centro de debate e de expressões culturais plurais. O trabalho em curso representa um procedimento que visará definir a vocação do Museu e o seu desenvolvimento, que anseia definir estratégias e as grandes orientações do “novo” MAP, olhado como um lugar de representação do passado recente, do presente e do futuro, um lugar de interrogação e de reflexão, face às questões da memória, da transmissão e da identidade, colocadas explicitamente e implicitamente pela sociedade contemporânea.

Inaugurado, em 1948, pelo Secretariado da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), o MAP tem sido, várias vezes, reduzido a um produto acabado da ideologia ruralista e passadista preconizada pelo Estado Novo,

imagem que empobrece e lesa a compreensão do que é a Instituição e do que foram as ideias e processos históricos que explicam o seu aparecimento. Acresce que durante vários anos, o MAP foi vítima de um processo de negligência, de ordem museológica e científica, que resultou na ausência de informação, quer sobre os mecanismos, que acompanharam a constituição da sua colecção, quer sobre o contexto intelectual e político, que lhe conferiu um determinado formato.

Face à nova conjuntura e às considerações aqui apresentadas, recuperar o MAP, não é devolvê-lo ao esquecimento lento, em que o mesmo se encontrava, mas transformá-lo num instrumento de pensamento crítico e reflexivo, por via da manutenção dos vários elementos que o compõem, bem como através de uma agenda sólida de exposições temporárias, que ajudasse a revelar o variado conjunto de relações entre ideias, pessoas e instituições que contribuíram para a constituição da sua colecção.

Por tudo isto o MAP deve ser “musealizado”, merecedor de um percurso crítico, uma reinterpretação. É neste contexto que a Instituição nos situa perante as mundividências de um conjunto de agentes diferenciados, num arco temporal alargado que se prolonga até à actualidade. No futuro, o MAP deve tornar-se em espaço de Arte Popular, dialogante também com outra prática do popular contemporâneo e de novos usos e artesanatos urbanos e rurais, cumprindo a sua vocação de baluarte de valorização e preservação da arte popular portuguesa.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Vera Marques – *Camponeses Estetas no Estado Novo: Arte Popular e Nação na Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional*. Tese de Doutoramento, Lisboa: ISCTE, 2007.
- BRAGANÇA, Maria Micaela Deyris de Barthez de Marmourières – *MAP, Antecedentes e Consolidação (1935-1948)* [Tese de Mestrado]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL, 2008.
- CLIFFORD, James – *The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature and Art*. Cambridge e Londres: Harvard University Press, 1988.
- DAMASCENO, Joana – *Museus para o Povo Português: A Etnografia como elemento unificador do discurso museológico do Estado Novo*, Tese de mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007.
- FERRO, António – “Política do Espírito e a sua Definição”. *Prémios Literários (1934-1947)*. Lisboa: Edições SNI, 1950, pp. 17-36.
- FERRO, António – *Museu de Arte Popular*. Lisboa: SNI., 1948.
- GELLENER, Ernest – *Nações e Nacionalismos*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho – *Museologia e Etnologia em Portugal, Instituições e personalidades* [Tese de Doutoramento]. Lisboa: FCSH-UNL, 1997.
- LEAL, João – *Etnografias Portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: D. Quixote, 2000, 1ª Edição.
- MELO, Daniel Seixas de – *Salazarismo e Cultura Popular (1933-58)* [Texto Policopiado]. Lisboa: [s.n.], 1997.
- Ó, Jorge Ramos do – *Os Anos de Ferro: O Dispositivo Cultural durante a “Política do Espírito” (1933-1949)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

- PAULO, Heloísa – *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Minerva, 1994.
- SEGALEN, Martine – *Vie d'un Musée, 1937-2005*. [S. l.]: Éditions Stock, 2005.
- SILVA, Augusto Santos – *Tempos cruzados [Texto Policopiado]: Um estudo interpretativo da Cultura*, Lisboa: [s.n.], 1991.
- SNI – *Museu de Arte Popular: Itinerário*. [S. l.]: Edições SNI. 1948.